

# Sensação e intuição: duas vertentes da percepção

Andreia Souza\*

## Resumo

O presente artigo relata uma análise reflexiva sobre a percepção, destacando seu nível consciente e inconsciente. Nesse sentido, tem-se a sensação como nível consciente da percepção e a intuição, como o nível inconsciente. Destaca-se, neste trabalho, que ambos os níveis da percepção são formas de alcance do conhecimento e da cognição humana, bem como avalia-se a importância cognitiva do corpo, argumentando que o conhecimento não é um processo que ocorre à margem da atividade corpórea. O trabalho se inicia com uma discussão sobre as relações e diferenças entre sensação-percepção, para depois analisar a relação da intuição com os construtos sensação e percepção.

Palavras-chave: Sensação; percepção; intuição; consciência; conhecimento.

---

\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (PUC Minas). Doutoranda em Administração. Pesquisadora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5466-6594>

# Sensation and Intuition: Two Aspects of Perception

## Abstract

This article reports a reflective analysis of perception, highlighting its conscious and unconscious level. In this sense, we have sensation as the conscious level of perception and intuition as the unconscious level. It is highlighted, in this work, that both levels of perception are ways of reaching knowledge and human cognition, as well as evaluating the cognitive importance of the body, arguing that knowledge is not a process that occurs on the fringes of bodily activity. The work begins with a discussion on the relationships and differences of the sensation-perception double, and then analyzes the relationship between intuition and the constructs sensation and perception.

Keywords: Sensation; perception; intuition; conscience; knowledge.

Recebido em: 31/03/2022 // Aceito em: 25/08/2022.

## Introdução

A temática da relação entre sensação e percepção constitui-se como um dos pontos que carecem de especificação. Neste artigo é feita uma reflexão teórica acerca da diferenciação entre a percepção e a sensação, bem como a interlocução de tais construtos com a intuição. Parte-se do princípio de que a sensação se refere à experiência sensorial iniciada por um estímulo externo cuja origem está nos mecanismos fisiológicos dos sentidos, tais como a audição e a visão. Diferentemente, a percepção relaciona-se à interpretação que o sistema cognitivo tem da sensação recebida ou que ele mesmo é capaz de produzir. Perceber é reconhecer situações e objetos por meio dos sentidos (PENNA, 1997). A passagem da sensação para a percepção seria um ato realizado pelo intelecto do sujeito do conhecimento - tendo em vista que é o intelecto que confere organização e sentido às sensações (CHAUÍ, 2005).

Pode-se considerar que a sensação e a percepção são as principais formas de produzir conhecimento sensível ou empírico. Para Chauí (2005), a sensação é o que proporciona as qualidades exteriores dos objetos, bem como os efeitos internos dessas qualidades sobre os indivíduos. Através da sensação pode-se ver, tocar, sentir e ouvir as qualidades dos objetos, como cores, odores, sabores, texturas, sons e temperaturas. Nota-se que diversas sensações ocorrem de modo integral. Em outras palavras, ainda que se faça referência a apenas uma característica – água quente, céu azul, alimento amargo – concomitantemente a essa sensação tem-se outras. A percepção seria, então, uma síntese de sensações simultâneas.

Outra forma de acessar e processar informações é por meio da intuição. Para Dane e Pratt (2007), a intuição é um tipo de conhecimento que prescinde do uso do pensamento racional e de conexões lógicas. Esse conhecimento emerge rapidamente por meio de associações mentais não conscientes, cujos conteúdos estão armazenados na memória em função da experiência. A intuição ocorre por meio de abstrações teóricas, associações e conexões entre fatos - baseados em processos inconscientes -, e é reconhecida ao se tornar um julgamento consciente na mente (JUNG, 1971). Conforme Jung (1971), a intuição seria a percepção inconsciente, enquanto a sensação seria a percepção consciente.

Defendendo essa perspectiva de Jung, esse artigo busca realizar uma análise reflexiva acerca da percepção, retratando seu nível consciente e inconsciente como modos de alcance do conhecimento. Ademais, esse artigo avalia a importância cognitiva do corpo, argumentando que o conhecimento não é um processo que ocorre à margem da atividade corpórea e que a intuição é um fenômeno de criação de conhecimento que opera nonexo mente-corpo. Dessa forma, com o avanço da discussão sobre a corporificação do significado, os sistemas perceptivos têm sido cada vez mais destacados, pois é por eles, de forma direta ou indireta, que passa toda a produção de sentido do organismo.

Compreender os modos de percepção contribuirá para o desenvolvimento da literatura sobre sensação, percepção e intuição, bem como promoverá um novo olhar para a relação dos construtos com a intuição, haja vista que a intuição ainda é um assunto tão pouco explorado pelas pesquisas em razão de seu caráter subjetivo e hermético. Para tanto, inicia-se o presente artigo com a discussão das relações e diferenças entre a sensação e a percepção, para depois retratar a intuição.

## 1 Sensação e percepção: relações e diferenças

Não é clara a demarcação entre sensação e percepção. A diferenciação entre ambas é objeto de estudo de muitos autores que têm como consenso que tanto a sensação como a percepção são formas de alcance do conhecimento. A sensação e a percepção compreendem processos biológicos e psicológicos distintos que permitem o conhecimento da realidade. Por muito tempo, até o século XVIII, muitos autores defendiam que os sensores eram a forma definitiva de conhecimento para um organismo. Todavia, ao longo dos anos, estudos sobre os construtos em questão evoluíram em diferentes perspectivas (RIES, 2004). Berkeley (1984), por exemplo, propõe uma integração entre sensação, percepção e memória na formação do conhecimento. Também para esse autor, a compreensão de algo consiste na integração de elementos captados por diferentes sensores. Hume (1984) apresenta uma visão sem a predominância da sensação e da percepção na forma inaugural de conhecimento. O que está em questão para Hume (1984) é um padrão derivacional contínuo, mesmo quando se trata das formas mais abstratas de pensamento.

Condillac (1984) expõe uma correlação maior da sensação com o conhecimento, reconhecendo os sensores como uma causalidade ocasional, uma vez que é a mente que extrai o conhecimento das sensações. Destacando os operadores dos processos, Peirce (1980) traz os operadores que validam o processo da sensação – sentir – e o processo da percepção – ver, justificando a atividade dos sensores. Para Peirce (1980), o conhecimento é dado por uma experiência fenomenológica sem intervenção de nenhuma instância representativa e sem a presença da memória do sujeito, validando o momento presente,

o imediato. Gibson (1986) considera que tudo o que é percebido é mediante a estimulação dos órgãos sensoriais e cabe à percepção sintetizar estes estímulos, ou seja, o autor concebe a sensação e a percepção como dois movimentos distintos do organismo, mas que se complementam na construção do sentido e do conhecimento.

A percepção se situa entre as abordagens mais antigas da psicologia e configura-se como objeto de estudo em pesquisas até hoje, o que evidencia a sua complexidade. A percepção não pode ser reduzida a um processo fisiológico e, nem tampouco, ser vista independente deste processo. A percepção, conforme aponta Ries (2004), compreende a interpretação de um indivíduo dada aos estímulos que chegam por meio de algum canal sensorial. Nessa perspectiva, a percepção é concebida pelos sensores dos sistemas perceptivos, os quais, de forma direta ou indireta, realizam a produção de sentido pelo organismo. Os sistemas perceptivos dizem respeito a funcionalidades que estão associadas a um organismo, portanto.

Anterior à percepção há a sensação. A sensação é denominada como o processo envolvido na recepção do estímulo, de origem externa ou interna, que tem sua transformação em impulso elétrico e sua transmissão ao córtex sensorial correspondente, sendo manifestada através da atividade dos sentidos (RIES, 2004). Os sentidos realizam uma tarefa crucial que consiste em manter o cérebro informado sobre o mundo que o rodeia, além da formação de imagem corporal e de controle dos movimentos. São cinco os sistemas sensoriais-perceptivos: sistema visual, sistema auditivo, sistema háptico, sistema gustativo e sistema olfativo (GIBSON, 1986).

O sistema visual corresponde ao sistema sensorial melhor compreendido e mais estudado pela neurociência. Esse sistema, representado pela visão, cria a forma e esta envolve mais do que a mera soma das diferentes partes capturadas pelos olhos. Já o sistema auditivo compõe-se pelo ouvido e pelas vias auditivas do cérebro. Eles permitem transduzir ondas de pressão do ar em sons que se situam num espectro que varia de 20 a 20.000 Hz. O sistema háptico é talvez um dos sistemas mais complexos e amplos do organismo humano por dispor de funções diferentes sem que haja um órgão do sentido específico. Seus receptores estariam distribuídos por muitas dimensões do corpo. De algum modo, as mãos exercem um papel importante para o sistema, já que muitas das ações, circunscritas ao sistema háptico, decorrem de ações realizadas pelas mãos. A gustação é possibilitada por receptores localizados em várias partes da cavidade oral e agrupados em órgãos sensoriais conhecidos como corpúsculos gustativos. Esses órgãos compõem-se de quimiorreceptores especializados em quatro qualidades básicas – doce, azedo, amargo e salgado. Os demais sabores resultam da combinação desses receptores. Por último, o sistema olfativo, o qual depende de receptores localizados na cavidade nasal, conta com um epitélio olfatório (GIBSON, 1986; KANDEL, SCHWARTZ e JESSELL, 2000) dotado de células especializadas na captação de odores. Salienta-se que Gibson agrupa olfato e gustação em um único sistema e os distingue através de outras operações, características do órgão. Este sistema destaca-se dos demais por se valer de unidades receptivas de natureza química, embora a gustação, em muitas circunstâncias, se valha de atividades mecânicas, como a trituração e a mastigação de substâncias (GIBSON, 1986). No Quadro 1, a seguir, é apresentada uma síntese dos sistemas perceptivos.

**Quadro 1: síntese dos sistemas perceptivos**

NOME	Modo de atenção	Unidade receptiva	Anatomia do órgão	Atividade do órgão	Estímulo disponível
SISTEMA AUDITIVO	audição	receptores mecânicos	órgãos cocleares	orientação auditiva	vibrações no ar
SISTEMA HÁPTICO	toque	receptores mecânicos /termo receptores	pele, articulação, ligamentos músculos, tendões	explorações diversas	deformações configuração distensão
SISTEMA OLFATIVO-GUSTATIVO	olfato	receptores químicos	cavidade nasal	cheirar	composição do meio
	gustação	receptores mecânicos e químicos	cavidade bucal	saborear	composição de objetos inseridos
SISTEMA VISUAL	visão	fotorreceptores	mecanismos oculares	acomodação ajuste pupilar fixação	variáveis de estrutura sob a luz

**Fonte:** Elaborado com base em Gibson (1986)

Conforme exposto no Quadro 1, cada sistema perceptual depende da atividade de partes específicas do corpo. Assim, há orientações e movimentos que sustentam cada forma de funcionamento de um sistema perceptual, no intuito de otimizar suas ações no ambiente. Contudo, os sentidos não atuam de forma isolada. Muitas percepções dependem da integração entre dois ou mais sentidos. O ser humano sofre constantemente um bombardeio de estímulos. Contudo, os receptores não são capazes de ser sensibilizados pela maioria destes estímulos pela



simples razão de que eles não dispõem de estruturas de resposta a todas as frequências sonoras, a todos os campos magnéticos e elétricos, a todos os sabores etc. Além disso, não é possível reagir simultaneamente a todos os receptores, motivo pelo qual considera-se a percepção seletiva, visto que se tem a consciência de alguns receptores em detrimento de outros. Quando há lesão ou patologia em algum órgão sensorial, ocorre um fenômeno perceptivo chamado agnosia, no qual o indivíduo apresenta falhas no processo de reconhecimento do estímulo, sendo incapaz de nomear o que está observando apesar de ver o objeto ou a situação (KANDEL, SCHWARTZ e JESSELL, 2000).

Toda informação que se dá através dos sentidos não pode ser neutra. Ela vem carregada de significados que não se limitam à experiência imediata, mas sim resultam do conjunto de aprendizados existentes na mente. Assim, Ries (2004) esclarece que a percepção está relacionada à estrutura da personalidade de um indivíduo. Existem, por isso, grandes diferenças na percepção de um mesmo objeto, pessoa ou ideia por diferentes indivíduos. Isso porque todo o processo de construção de conhecimentos depende das informações que um sujeito ativo busca e das interações com o meio em que vive (RIES, 2004).

Para os intelectualistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento e a “coisa exterior” seria apenas a ocasião para se ter a sensação ou a percepção. Nesse caso, o sujeito é ativo e a “coisa externa” é passiva, ou seja, sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e para recompor o objeto como um todo, dando-lhe organização e interpretação (a percepção). A passagem da

sensação para a percepção seria, então, um ato realizado pelo intelecto do sujeito do conhecimento – pois é o intelecto que confere organização e sentido às sensações (CHAUI, 1999).

Para o psicólogo Carl Jung, a “função sensação” é a função dos sentidos, a função do real, a que traz as informações (percepções) do mundo através dos órgãos dos sentidos. Também é tarefa da “função sensação”, como função da consciência do indivíduo, identificar o que uma coisa é, pois capta todos os estímulos, recebe e traduz aquilo que é experimentado no mundo. É dela a missão de dizer aquilo que é real e concreto (ANDRADE, 2011). Jung (1971) apresenta como oposto da “função sensação” a intuição, faculdade pela qual a percepção se dá, pela via inconsciente ou não consciente. Como intuição, Jung considera uma forma de processar informações ocasionadas por experiências passadas e objetivos futuros interiorizados no inconsciente (JUNG, 1971). Tal função psíquica será abordada na próxima seção.

## **2 Intuição e sensação como formas de percepção**

A intuição foi negligenciada por muito tempo nas pesquisas científicas talvez pelo fato de há mais de três séculos, o modo prevaiente para a busca do conhecimento ser o empirismo científico (SINCLAIR e ASHKANASY, 2005). Entretanto, os antigos filósofos, como Platão e Descartes, já destacavam a importância do conhecimento intuitivo, retratando-o como uma verdade transcendental. No século XVIII, Kant (1983) trouxe a discussão da intuição para os seus estudos, sinalizando dois tipos de intuição: intuição pura e intuição empírica. A intuição pura é a que aproxima o homem de Deus e da verdade. Já a

intuição empírica está subordinada a um aprendizado prévio pelo indivíduo. Para Kant, a sensibilidade seria o primeiro passo para se chegar ao conhecimento e à intuição. Entre os filósofos ocidentais, a intuição era frequentemente percebida como a maneira mais pura e imediata de conhecer, representando o acesso ao conhecimento divino ou inato.

A intuição é reconhecida na literatura como um tipo de conhecimento que prescindido do uso do pensamento racional e de conexões lógicas, e que emerge rapidamente por meio de associações mentais não conscientes, cujos conteúdos estão armazenados na memória em função da experiência (DANE e PRATT, 2007). Embora esse conceito geral seja amplamente aceito tanto pelo senso comum como pela literatura especializada, essa definição, aparentemente simplista, é consequência de uma tortuosa discussão teórica que envolve uma multiplicidade de terminologias usadas para descrevê-la e, principalmente, abordá-la. As várias terminologias empregadas na compreensão do que seja a intuição resultam em definições inconsistentes e até mesmo contraditórias, dificultando o uso de um vocabulário preciso que avance as pesquisas (SINCLAIR e SHKANASY, 2005). Por exemplo, o psicólogo Goldberg (1997) define a intuição como a faculdade de conhecer algo diretamente por meio da experiência. Já na visão de outros autores, a intuição é um modo de processamento de informação não sequencial, que compreende elementos cognitivos e afetivos, resultando em conhecimento sem uso da consciência (SINCLAIR e SHKANASY, 2005).

Henri Bergson é conhecido como o filósofo da intuição. Bergson definiu a intuição como uma espécie de “simpatia intelectual” por meio da qual um sujeito se coloca dentro

de um objeto e modo a coincidir com aquilo que é único nele e, conseqüentemente, inseparável, podendo conhecê-lo com perfeição e profundidade. Para o filósofo, a intuição é o verdadeiro conhecimento constituído pela apreensão imediata (COELHO, 1999).

Tais definições conceituais do construto mostram as várias nuances que envolvem a intuição – nuances que a tornam um tema difícil de ser pesquisado por ser um fenômeno repleto de características de intangibilidade e de imaterialidade, o que permite concebê-la apenas de maneira subjetiva. Os processos inconscientes, como a intuição, são anteriores ao desenvolvimento do pensamento consciente. Portanto, é provável que sejam centrais para uma série de funções cognitivas e fontes de desenvolvimento humano. No entanto, como esses processos não são facilmente acessíveis por meios conscientes, eles tendem a não ser o foco de trabalho empírico ou de discussão (DANE e PRATT, 2007).

Apesar disso, pesquisas sobre intuição têm se tornado cada vez mais proeminentes em diversas áreas de estudo, principalmente na psicologia, filosofia, neurociência e gestão. Isso porque, desde a década de 90, há a necessidade de enfrentar um mundo de mudanças dinâmicas e ambientes sob pressão e ambigüidades crescentes (AKINCI e SADLER-SMITH, 2012). Outra razão é o avanço das pesquisas sobre a compreensão dos processos cognitivos, comportamentais e neurológicos do indivíduo pela psicologia e neurociência, uma vez que a intuição é certamente o aspecto menos entendido da cognição e sem a compreensão da intuição é impossível desenvolver qualquer conceituação significativa de cognição (HODGKINSON e HEALEY, 2011).

Matemáticos e físicos acentuam a importância do pensamento intuitivo em suas áreas. Na matemática, por exemplo, diz-se que um indivíduo pensa intuitivamente quando, ao trabalhar por longo período sobre um problema, encontra a solução de forma repentina, ainda que tenha que descobrir para o mesmo uma prova formal. Ou quando diante da apresentação de problemas um sujeito é capaz de dar palpites muito bons, de forma rápida, sobre se algo é deste ou daquele modo (BRUNER, 1975). Assim, se faz necessário entender a intuição em todas as suas nuances. Compreender como ela ocorre no indivíduo – e seus vários processamentos no cérebro – constitui um obstáculo (SINCLAIR e ASHKANASY 2005).

O pensamento intuitivo não parece ser constituído de etapas bem definidas ou sistematizadas. Ao contrário, repousa numa percepção implícita da situação que está sendo examinada. A conclusão do pensamento é alcançada com pouca ou nenhuma consciência do processo através do qual ela foi atingida. Alguns autores, como Raidl e Lubart (2001), tentaram descrever o modo intuitivo de processamento de informações. Eles supõem que tal processamento seja favorecido por um contexto ambíguo ou mal estruturado que utiliza quatro tipos de fontes de informação, sendo os (i) estímulos externos – como uma pessoa, um lugar, uma situação – que frequentemente desencadeiam uma intuição; (ii) a memória, em particular a memória implícita, inclui toda a experiência adquirida ao longo do tempo; (iii) as emoções constituem um vasto reservatório de informação; e, por último, (iv) as preocupações subconscientes resultam na ativação de certas representações e podem ter um efeito primário no indivíduo. Para os autores, a intuição, então, seria moldada a partir da conexão entre esses elementos de informação. Pode

ser que apenas um elemento sirva para iniciar uma intuição, por exemplo, uma emoção forte, ou pode ser que vários elementos interajam para produzir uma intuição. Por exemplo, informações externas (o que uma pessoa diz) podem estimular uma reação emocional (ansiedade, tristeza) que ressoa com uma preocupação subconsciente (preocupação com a saúde de outra pessoa) e a associação desses elementos pode levar a uma intuição sobre o estímulo da pessoa (RAIDL e LUBART 2001).

No entanto, raramente se pode ou tenta fazer um relato detalhado desse processo. Assim, muitas vezes aspectos importantes da situação deixam de ser levados em conta ou percebidos. Dessa forma, uma característica substancial da intuição é que ela é inconsciente, ou seja, ocorre fora do pensamento consciente, resultando em uma percepção inconsciente (HODGKINSON e HEALEY 2011). O conhecimento oriundo da intuição, seja ele simples ou complexo, necessita ser verbalizado para seu reconhecimento. Uma maneira de buscar significado e externalizar intuições é por meio de metáforas, já que a intuição é, principalmente, não verbal, mas, em uma investigação mais profunda, poderia ser verbalizada com associações e metáforas (SINCLAIR e ASHKANASY, 2005).

Ao intuir, tem-se inconscientemente um julgamento que se torna uma percepção inconsciente, que poderá ser evidenciada com os órgãos dos sentidos conscientemente, resultando em uma percepção consciente – sensação. Assim, é reconhecida a importância da integração da intuição com a parte racional da mente, já que são sistemas dependentes. Nesse mesmo raciocínio, Kahneman (2011) faz referência a dois sistemas do pensamento, nomeadamente: sistema 1 e sistema 2. O sistema 1 opera automática e rapidamente, originando sem esforços impressões

e sensações que se constituem como as fontes das crenças explícitas e escolhas deliberadas do sistema 2. Dessa maneira, o sistema 1 diz respeito ao lado mais intuitivo do funcionamento do cérebro. Já o sistema 2 diz respeito às atividades mentais laboriosas e mais lentas, sendo mobilizado quando surge uma questão para o qual o sistema 1 não oferece uma resposta. Esse sistema 2 é conhecido como o lado mais racional da mente. Para o autor, os dois sistemas são dependentes e funcionam de forma integrada (KAHNEMAN, 2011).

O sistema 1, ou seja, o intuitivo, é mais desenvolvido conforme as experiências vividas por um indivíduo. As pessoas desenvolvem esquemas mentais complexos de domínio relevante por meio da aprendizagem explícita e implícita dentro de uma determinada área de especialização. Assim, a expertise é central para a intuição (DANE e PRATT 2007). A intuição é ainda mais eficaz quando os indivíduos adquiriram experiência em um domínio específico (MEZIANI e CABANTOUS, 2020). Na mesma linha, o trabalho de Klein mostra que a intuição é “uma expressão da experiência à medida que as pessoas constroem padrões que lhes permitem avaliar rapidamente as situações e tomar decisões rápidas sem ter que comparar opções” (KLEIN, 2015, p. 164).

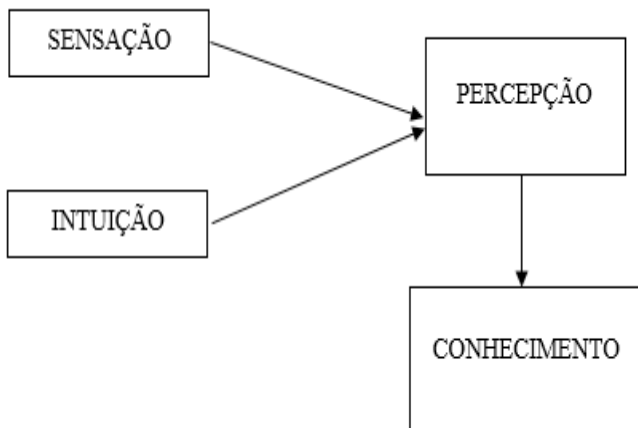
Raidl e Lubart (2001) apresentam três tipos de intuição. A primeira é a intuição socioafetiva: diz respeito às relações interpessoais e opera tipicamente quando se busca entender uma pessoa ou uma situação. Inclui sensibilidade às necessidades e sentimentos de outras pessoas, o gostar ou não gostar imediatamente e a capacidade de entender e gerenciar situações que envolvem parâmetros emocionais. A segunda é a intuição aplicada: direcionada à solução de um problema ou à realização

de uma tarefa. Muitos cientistas, pintores ou escritores famosos relatam ter experimentado esse tipo de intuição. A intuição aplicada ajuda as pessoas na tomada de decisões específicas. Por último, apresenta-se a intuição livre: ela envolve um sentimento de presságio em relação ao futuro. Winston Churchill era conhecido por ter tais precognições – certa vez teve a sensação de que deveria sentar-se no carro do lado oposto ao local onde costumava ficar e, logo depois, uma bomba explodiu sob seu assento habitual (RAIDL e LUBART, 2001). A intuição, então, envolve sensibilidade para seu reconhecimento consciente.

Nesse sentido, pode-se considerar que a percepção possui duas vertentes (Figura 1): a sensação (percepção consciente) e a intuição (percepção inconsciente). Desse modo, cria-se uma oposição entre o visível e o invisível, a existência imediata e a existência latente, aquilo que *é* e aquilo que *está prestes a ser*. A sensação coloca o presente à disposição; a intuição adianta o futuro para o indivíduo. Para Jung, o par sensação-intuição trata de funções irracionais, já que o nosso agir (ou não) não se baseia em julgamentos racionais, mas sim na força absoluta da percepção. Salienta-se que “irracional” não é sinônimo de inconsciente. A “função sensação” age como um intermediário com o mundo concreto que está lá fora, o mundo das coisas, repleto de cheiros, gostos e paisagens, o contato com o corpo, a sensualidade, as impressões sensoriais. De forma psicológica ou biológica, o *eu* toma conhecimento desse mundo sensível a partir das sensações. A “função intuição” ao contrário, age como mediadora dos conteúdos inconscientes. Ela potencializa e dá suporte ao processo simbólico de pensamento, reflexão e amplificação. Faz conexões sem lógica imediata e traz apoio ao conceito de sincronicidade, uma vez que não constrói relações entre as coisas, nem a partir do pensamento formal, nem a partir da existência concreta (ANDRADE, 2011).



**Figura 1: vertentes da percepção**



**Fonte: Elaborado pela autora (2021)**

Ao se perceber alguma coisa, consciente ou inconscientemente, inicia-se o processo cerebral da cognição dando origem ao conhecimento do mundo e à capacidade de direcionar a atenção a estímulos externos ou internos, identificando o significado de tais estímulos e planejando respostas significativas (FERRAZ, 2017). Conforme Barsalou (1999), processos cognitivos de alto nível, tais como a linguagem, a memória e o raciocínio, emergem de processos cognitivos de baixo nível, como a percepção e o controle motor.

Por muitos anos, estudiosos da criação de sentido e cognição defendiam a dualidade entre mente e corpo. A partir dessa postura metafísica, mente e corpo são considerados como distintos e separáveis, e fenômenos como a linguagem e a solução de problemas são compreendidos como manifestações na mente. Essa perspectiva amplamente aceita levou os estudiosos a considerar a criação do conhecimento principalmente como

um processo que ocorre dentro da mente, por meio da cognição e da linguagem. Os primeiros estudos de Weick, por exemplo, apresentam a cognição como uma atividade de processamento de informações localizada na mente: as pessoas extraem pistas do fluxo contínuo de atividades em que são lançadas e as associam a esquemas mentais resultantes de experiências passadas. Esses esquemas mentais, que podem incluir dados que permanecem inconscientes, influenciam diretamente o modo como as pessoas interpretam as pistas ambientais. Quanto mais variados os esquemas mentais e as experiências das pessoas, melhor elas podem detectar pistas relevantes no ambiente e, assim, agir adequadamente (MEZIANI e CABANTOUS 2020).

Recentemente, autores como Nemirovsky e Ferrara (2005), baseados na corrente fenomenológica, destacaram a importância cognitiva do corpo, argumentando que o conhecimento não é um processo que ocorre à margem da atividade do corpo. Tais colocações ratificam estudos da neurociência que indicam a relação entre a cognição e o sistema sensorio-motor. Nesse sentido, o conhecimento é resultado da interação com o mundo via corpo e cérebro, o que pode caracterizar a cognição como resultado de um processo intra e interpessoal (GALLESE e LAKOFF 2005).

Essa interação com o mundo via corpo e cérebro permite conceber a cognição como corporificada, permitindo o mapeamento do espaço circundante do corpo, a percepção de objetos manipuláveis e a percepção das ações, emoções e sensações dos outros (GALLESE e LAKOFF, 2005). Outra evidência da ligação entre a cognição e o corpo pode ser obtida a partir da verificação de que o substrato neural utilizado quando um indivíduo realiza uma ação é também ativado quando

um indivíduo imagina realizar a mesma ação ou quando esse indivíduo assiste alguém realizar a ação (GALLESE e LAKOFF, 2005). Isso pode ser relacionado ao que Zeki e Bartels (2021) defendem ao colocar a consciência como uma pré-condição para a percepção, ou seja, não se percebe aquilo do que não se tem consciência.

Avelar (2015) corrobora a ideia de que a mente não está alojada no cérebro, pois, segundo a autora, a mente é construída através de um processo contínuo que possui vários níveis de interação envolvendo o cérebro, o qual opera em um corpo que se encontra envolvido em ambientes complexos. A construção de sentido depende então dessas três dimensões – mente, corpo e ambiente. Porém, apesar dessa necessária interconexão, é inegável o papel do cérebro como o órgão supremo na construção de sentido (AVELAR, 2015).

Uma descoberta importante é que a intuição está associada ao corpo de várias maneiras. Primeiro, o processo pelo qual a intuição é construída é conduzido emocionalmente e mediado por sentimentos de experiências passadas. O trabalho do neurocientista Antônio Damásio apoia essa visão, mostrando o papel das memórias codificadas afetivamente (isto é, marcadores somáticos) na tomada de decisão (MEZIANI e CABANTOUS, 2020). Esses marcadores somáticos, que apoiam a tomada de decisões e operam antes da percepção consciente, sugerem que “o corpo pode saber” antes de saber conscientemente (DANE e PRATT, 2007, p. 47). Em segundo lugar, a pesquisa mostra que a intuição é um julgamento com carga afetiva, pois inclui sentimentos, emoções e sensações corporais (DANE e PRATT, 2007). Ao expressar sua intuição, os indivíduos costumam confiar em metáforas corporais – por exemplo, “sensação

intestinal” ou “sensação estranha no estômago”. De forma mais ampla, os indivíduos também tendem a usar um vocabulário relacionado a sentimentos e sentidos corporais (SADLER-SMITH, 2016). Para Sadler-Smith (2016), todas essas expressões verbais indicam que as intuições podem emergir na consciência como percepção corporal. Nesse sentido, o autor incentiva os estudiosos a localizar o sentido da intuição no corpo por meio do mapeamento corporal (MEZIANI e CABANTOUS, 2020).

Outras pesquisas, com uma orientação pós-cognitivista e enativista, apontaram a intuição como uma forma corporificada de conhecimento – isto é, um tipo de conhecimento tácito que está inscrito no corpo humano e que é utilizado, mas que dificilmente se apresenta na consciência ou pode ser colocado em palavras, necessitando do uso das metáforas (SADLER-SMITH, 2016). Segundo essas pesquisas, à medida que os indivíduos desenvolvem mais experiência por meio da prática extensiva e atingem o status de especialistas, eles ficam melhores em saber intuitivamente o que fazer – ou seja, agindo sem pensamento consciente, recorrendo a regras ou à capacidade de explicar. Mais importante ainda, o progresso em direção à perícia e à intuição só pode ser feito se a experiência for assimilada e sedimentada de uma “forma corpórea e atórica”. A intuição, portanto, captura experiências passadas incorporadas e está inscrita nas habilidades corporais (MEZIANI e CABANTOUS, 2020).

Embora se reconheça a necessidade de mais pesquisas sobre a intuição, há um claro consenso sobre seu caráter cognitivo e corporal (SADLER-SMITH, 2016). Também é aceito que a intuição está ligada à expertise e às formas tácitas e corporais de saber de forma mais geral. Essas características tornam a intuição um fenômeno muito pertinente para examinar, a fim de

desenvolver uma perspectiva mais holística sobre a criação de sentido e do conhecimento, superando o dualismo mente-corpo (MEZIANI e CABANTOUS, 2020).

### **3 Considerações finais**

Procurou-se neste artigo apresentar uma reflexão teórica e analítica sobre a relação dos construtos da percepção, sensação e intuição, o que permitiu tecer importantes considerações a respeito da sensação e da intuição como formas de percepção.

Para tanto, inicialmente foi descrita a percepção e a sensação, destacando seus aspectos conceituais e suas diferenças, visto que são termos de difícil conceituação e compreensão – ainda mais quando relacionados com a intuição. Isso porque são conceitos carregados de subjetividade e hermeticidade. Para a neurociência, sensação e percepção são dois fenômenos distintos, mas que se relacionam. A percepção está intimamente relacionada à sensação, sendo sua primeira etapa realizada pelos sistemas sensoriais, responsáveis por sua fase analítica. A sensação é oriunda da estimulação do mundo físico, enquanto a percepção se concretiza com as atividades neurofisiológicas, sendo a percepção responsável pela estruturação dos dados.

Sequencialmente, o texto definiu a intuição – caracterizada como um tipo de conhecimento não consciente, rápido e holístico. Debateu-se e defendeu-se o construto da intuição, sendo considerada uma percepção inconsciente, a qual resulta em um julgamento que a consciência reconhece sem esforço. No entanto, esse processo carece de sensibilidade e atenção plena. Pela intuição são obtidos conhecimentos difíceis de se expressar, mas que uma vez reconhecidos ou percebidos utilizam-se de metáforas ou da simbologia para sua manifestação consciente.

Assim, a percepção se traduz como o julgamento ou a interpretação dado(a) pelo sujeito com base nas informações da sensação ou da intuição. Ao se perceber alguma coisa, consciente ou inconscientemente, inicia-se o processo cerebral da cognição que dá origem ao conhecimento.

Conclui-se, assim, que a percepção se dá de forma consciente, por meio da sensação, e de forma inconsciente, através da intuição, resultando em conhecimentos sobre o mundo. Foi possível perceber que há um consenso sobre o caráter cognitivo e corporal da intuição, tornando tal faculdade um fenômeno pertinente para pesquisar, a fim de desenvolver uma perspectiva mais holística sobre a criação do conhecimento, superando o dualismo mente-corpo.

## Referências

AKINCI, Cinla; SADLER-SMITH, Eugene. Intuition in management research: a historical review. **International Journal of Management Reviews**, v. 14, n. 1, p. 104-122, 2012.

ANDRADE, Gustavo. Realidade, criatividade e imaginário na teoria dos tipos psicológicos de Jung. **Psicol. Argum.**, v. 29, n. 64, p. 79-89, 2011.

AVELAR, Maira. Mente corporificada: mapeamento do conceito, interfaces e possibilidades de aplicação. **A semântica cognitiva em foco**, v.5, n.1, p. 29-54, 2015.

BARSALOU, Lawrence. Perceptual symbol systems. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 637-660, 1999.

BRUNER, Junner. From communication to language: a psychological perspective. **Cognition**, v. 3, n. 3, p. 255-287, 1975.

- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- COELHO, Jonas. Bergson: intuição e método intuitivo. **Transformação: Revista de Filosofia**, São Paulo, v. 21, n. 22, p. 151-164, 1999.
- DANE, Erick; PRATT, Michael. Exploring intuition and its role in managerial decision making. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 1, p. 33-54, 2007.
- FERRAZ, Maria. A percepção como premissa para a construção do conhecimento. **Saber Humano**. Edição Especial: Cadernos de Ontopsicologia, p.172-179, 2017.
- GALLESE, Vittorio; LAKOFF, George. The brain's concepts: the role of the sensorimotor system in conceptual knowledge. **Cognitive Neuropsychology**, v. 21, p. 455-479, 2005.
- GIBSON, James. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton-Mifflin, 1986.
- GOLDBERG, Phillip. **O que é intuição e como aplicá-la na vida diária**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- HODGKINSON, Gerard; HEALEY, Mark. Psychological foundations of dynamic capabilities: reflexion and reflection in strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 32, n. 13, p. 1500-1516, 2011.
- JUNG, Carl. **Tipos psicológicos**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1971.
- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Brasil: Objetiva, 2011.
- KANDEL, Eric; SCHWARTZ, James; JESSELL, Thomaz. **Fundamentos da neurociência e do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Kooohan 2000.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KLEIN, G. Reflections on applications of naturalistic decision making. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 88, n. 2, p. 382-386, 2015.

MEZIANI, Nora; CABANTOUS, Laure. Acting intuition into sense: how film crews make sense with embodied ways of knowing. **Journal of Management Studies**, v. 57, n. 7, p. 1384-1419, 2020.

PENNA, Antônio Gomes. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1997.

RAIDL, Marie-Helene; LUBART, Todd. An empirical study of intuition and creativity. **Imagination, Cognition and Personality**, v. 20, n. 3, p. 217-230, 2001.

RIES, Bruno Edgar. **Sensação e percepção. Em Psicologia e Educação: fundamentos e reflexões**. 1.ed. RS: EdIPUCRS, 2004.

SADLER-SMITH, Eugene. What happens when you intuit? Understanding human resource practitioners subjective experience of intuition through a novel linguistic method. **Human Relations**, v. 69, n. 5, p.1069-1093, 2016.

SINCLAIR, Marta, ASHKANASY, Neal. Intuition: myth or a decision-making tool? **Management Learning**, v. 6, n. 3, p. 53-370, 2005.